MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Resultado de Pesquisa

Giselly Rodrigues das Neves S. Gomes [1]

Michèle Tamoko Sato [2]

Resumo

Considerando os alertas das pesquisas sobre as mudanças do clima, e concebendo as pessoas com deficiência enquanto grupo social vulnerável no contexto da justiça climática, abordamos neste trabalho acerca do tema das mudanças climáticas e as pessoas com deficiência, por meio das observações participantes, entrevistas, discursos e opiniões de pesquisadores(as) em educação especial.

Palavras-chave: Justiça Climática; Educação Ambiental; Vulnerabilidade; Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Impactos das mudanças do clima têm sido um dos piores problemas da humanidade, afetando toda a biodiversidade planetária. A intensidade desses impactos e a capacidade dos indivíduos e dos grupos sociais em lidar com as suas consequências são diferenciadas, indicando que grupos sociais desfavorecidos economicamente sejam os mais prejudicados (MILANEZ; FONSECA, 2011).

Considerando que o enfrentamento desses conflitos se faz a partir de sua compreensão crítica, é fundamental estarmos atentos(as) às pesquisas que revelam que a maioria da população brasileira não está bem informada sobre as mudanças climáticas (NOBRE, 2015).

Buscando somar esforços na redução de desastres, pesquisadores cartografam os desastres climáticos e até coletivos internacionais, como é o caso de organizações da sociedade civil, que

[1] *Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFMT, doutoranda pelo PPGE/UFMT, Professora efetiva da rede pública de ensino de Mato Grosso*

[2] *Doutora em ciências pela UFSCar, pós-doutorado em Educação (Université du Quèbec à Montréal, Canadá & Universidade A Coruña, Espanha), é docente associada no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso e pesquisadora do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte*

buscam reduzir os riscos dos desastres climáticos[3], uma vez reconhecido de que há grupos mais vulneráveis e mais expostos aos conflitos socioambientais.

Concebendo as pessoas com deficiência enquanto grupo social vulnerável frente ao contexto da justiça climática e a Educação Ambiental e presumindo que a inclusão delas nos debates em torno das mudanças climáticas possa apontar outros caminhos na perspectiva do enfrentamento ao atual modelo de "desenvolvimento" presentes nas sociedades, este trabalho apresenta as impressões das autoras diante dos diálogos entre pesquisadoras(es) em educação especial, quando indagadas(os) sobre a relevância do tema em questão.

PERCURSO METODOLÓGICO

Sob inspiração na pesquisa exploratória, buscamos dialogar com os(as) pesquisadoras(es) em Educação Especial, participantes do XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste - Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), verificando se o tema das mudanças do clima ressoa em suas pesquisas, discursos e/ou opiniões. A opção metodológica se justifica pelo fato de ser uma entrevista breve, que apenas se aproveitou da ocasião para validar os estudos em curso.

Buscamos compreender o universo interpretativo das pessoas diretamente envolvidas nos sistemas de pós-graduação em educação, e objetivamos destacar nas entrevistas, como a questão climática era percebida, e de que maneira a Educação Ambiental se inseria nos processos da justiça climática. As entrevistas alicerçam algumas dúvidas oriundas da leitura conceitual, sobre a falta de informação das mudanças climáticas de forma geral na sociedade brasileira.

Ouvimos 09 pesquisadoras(es), aqui não identificadas(os), durante os momentos do Encontro, questionando: *"Você considera as mudanças climáticas um tema relevante a ser pesquisado entre as pessoas com deficiência? Por que? Qual grupo de deficientes você acredita que sofrerá mais com esses impactos?"*

As subjetividades presentes nas respostas, manuscritas e verbalizadas, e até mesmo no silêncio de quem não respondeu, evidenciam os contextos fenomenológicos da incompletude humana, os quais, segundo Sato (2014), "[...] nada é conclusivo e está sempre sujeito à transmutação", de modo que podemos discorrer sobre múltiplas interpretações.

[3] Global Network of Civil Society - organisation for disasters reduction - http://www.gndr.org/about/purpose-vision-values.html

RESULTADOS FINAIS E DISCUSSÃO

Não constatamos apresentações de trabalhos relacionados ao tema em questão e, dentre as 09 respostas, 08 consideraram relevante e inédito pesquisar sobre os efeitos das mudanças climáticas junto às pessoas com deficiência, sob a justificativa de que o tema vai ao encontro das discussões sobre acessibilidade e condições socioeconômicas, temas discutidos no campo da educação especial. Sugeriram, respectivamente, que os(as) cadeirantes, deficientes visuais e pessoas com deficiência múltipla, serão os(as) mais prejudicados, principalmente, se pertencerem às camadas sociais mais pobres.

A ausência de apenas uma resposta, sob a justificativa de ser uma questão "que não conseguia responder", pode confirmar as pesquisas de Nobre (2015), ao relatar que falta informação qualificada sobre as mudanças do clima entre a população brasileira. O especial interesse por parte de um pesquisador com deficiência visual, nos confirma a relevância desta pesquisa, conforme afirma o Relatório de Debate organizado pela The Global Partnership for Disability & Development (GPDD) and The Word Bank/Human Development Network - Social Protection/Disability and Development Team (2009).

CONSIDERAÇÕES

Mesmo que seja um consenso discutir sobre as mudanças climáticas, elas ainda se encontram distanciadas das informações qualificadas e acessíveis, o que impede a participação igualitária dos grupos sociais nas tomadas de decisão, especialmente grupos vulneráveis, a exemplo das pessoas com deficiência. Portanto, as pesquisas sobre mudanças climáticas devem promover a devida audiência dessas pessoas, garantindo-lhes a participação social, e buscando outras perspectivas de enfrentamento das mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

GLOBAL NETWORK OF CIVIL SOCIETY - organisation for disasters reduction - Disponível em: < http://www.gndr.org/about/purpose-vision-values.html> Acesso em 09 out. 2016.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia Qualitativa da Pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07> Acesso em: 25 mar. 2016.

MILANEZ, B.; FONSECA, I. F.; Justiça climática e eventos climáticos extremos: Uma análise da percepção social no Brasil. **TERCEIRO INCLUÍDO**, Goiânia, **v.1, n.**2, Artigo 13, p. 82-100, 2011.

NOBRE, C. **Carlos Nobre: "O Brasil não está preparado para se adaptar ao antropoceno"**, em entrevista exclusiva para a revista Época. [18 dez. 2015]. Entrevistador: Bruno Calixto. Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/12/carlos-nobre-o-brasil-nao-esta-preparado-para-se-adaptar-ao-antropoceno.html> Acesso em: 26 abr. 2016.

SATO, Michèle. Justiça Climática e Educação Ambiental. **Projeto de Pesquisa/CNPq Nº 14/2014.** THE GLOBAL PARTNERSHIP FOR DISABILITY & DEVELOPMENT (GPDD) AND THE WORLD BANK (HUMAN DEVELOPMENT NETWORK - SOCIAL PROTECTION/ DISABILITY & DEVELOPMENT TEAM. The Impact of Climate Change on People with Disabilities **Report of the e-discussion** (July 8, 2009). Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/lcccr/centrepublications/staffpublications/Impact_of_Climate_Change_on_Disability-Report-2010.pdf>Acesso em: 07.03.2016